

As diferentes concepções do “indígena” nos livros “O Selvagem” e “Os Assurini do Xingu – História e Arte”.

Romyel Dyllan Cecim de Oliveira Silva

Universidade Federal do Pará

RESUMO

Este trabalho busca analisar e relacionar os primeiros capítulos das obras “O Selvagem” de Couto de Magalhães e Os Assurini do Xingu – História e Arte da antropóloga Regina Pólo Müller. E através desta análise compreender a concepção do indígena que os autores utilizam nas obras referidas levando em consideração os diversos fatores existentes.

Palavras-chave: Indígena. Índio. Civilização. Concepção.

O indígena é uma figura bastante emblemática dentro da historiografia amazônica não raramente figurando como tema principal de diversos livros de História, antropologia e sociologia entre outros ramos do conhecimento. No entanto a concepção de indígena varia enormemente dependendo do contexto histórico e social do autor/livro produzido, de modo que percebemos nítidas diferenças entre um texto do século XIX e outro do XX que trata deste tema. Neste presente trabalho pretendo expor e discutir as diferentes concepções existentes nos capítulos iniciais dos livros “O Selvagem” do General Couto de Magalhães e “Os Assurini do Xingu – História e Arte” da antropóloga Regina Polo Müller. O primeiro texto foi escrito em 1876 enquanto o segundo data do final do século XX, o que demonstra um grande espaço de tempo entre um e outro resultando em duas análises bastante distintas.

Deixamos claro que o objetivo deste trabalho não consiste em estabelecer uma visão maniqueísta das obras ou fazer juízo de valor quanto à opinião dos autores, pois é preciso levar em consideração o contexto histórico em que eles se encontravam no momento da concepção da obra. Contexto que buscaremos esclarecer no decorrer do trabalho.

A começar pelo título de ambas as obras é possível notar diferenças expressivas entre a concepção do indígena pelos autores. A palavra selvagem utilizada pelo General Couto de Magalhães consiste em um adjetivo remetente à idéia do “primitivo”, “bárbaro” e “não civilizado” podendo ser até mesmo considerado como “maléfico” dependendo da circunstância. Isto se deve à mentalidade da época que via o nativo como um ser que em sua condição natural pouco serviria à sociedade brasileira. Em afirmação à este comentário o General aponta a grande presença de selvagens no interior do Brasil como um empecilho para o desenvolvimento do país, pois eles atrapalhavam a chegada do progresso. Segundo Couto de Magalhães era preciso “amansá-los” e aos poucos civilizá-los para que desta forma o indígena use seus conhecimentos das selvas brasileiras em prol de seu país. Por outro lado a obra de Regina Muller tem em seu título uma nomeação própria da tribo indígena (Assuriní) não apenas tratando o nativo por uma nomenclatura generalizada, mas chamando-o de acordo com sua identificação cultural. Ainda no título do livro notamos o reconhecimento pela cultura indígena já que sua história e arte são devidamente destacadas. Esta postura se dá em razão do contexto histórico e social em que a autora se insere como analisaremos posteriormente

.O Brasil do fim do século XIX era um país que visava o progresso, e que tinha como um dos objetivos obter o domínio do interior do país, em especial “colonizar” a Amazônia. O difícil acesso às selvas amazônicas eram vistas pelas autoridades do país como um empecilho na busca pelo progresso, pois era extremamente difícil estabelecer comunidades “civilizadas” assim como estabelecer uma boa forma de comunicação e transporte através de vias terrestres e fluviais. Além da mata densa, outro obstáculo encontrado era o grande número de indígenas localizados no interior do Brasil que podiam representar até mesmo perigo para a população “civilizada”. A obra “O Selvagem” do General Couto de Magalhães reforça este ideal de progresso e ressalta a importância que era entrar em contatos com os indígenas e “amansá-los”. Desta forma as autoridades da época resolveriam vários empecilhos de uma vez: conseguiriam o

auxílio e a experiência dos nativos e levariam a “civilização” mais facilmente ao interior do Brasil. Couto de Magalhães comenta que analisando a situação de outros países da América latina que, segundo ele, foram negligentes para com os indígenas, percebe-se que os nativos muitas vezes se revoltam contra a população das cidades resultando em verdadeiras guerras. E se isto ocorreu com países com menor quantidade de indígenas, é de se pensar que o que aconteceria com o Brasil que contava então (em 1876) com mais de um milhão de nativos. Esta preocupação dá o tom dos primeiros capítulos do livro “O selvagem” o que demonstra que a concepção de indígena segundo o militar consiste em vê-lo como um empecilho para a ampliação da civilização da nação brasileira. Para considerá-lo como brasileiro era preciso primeiro “amansá-lo” e civilizá-lo, ou seja, ensiná-lo os costumes e o modo de viver da sociedade baseada na eurológica. Contudo a principal ferramenta de conversão seria a linguagem. Ao ensinar a língua portuguesa ao indígena este serviria de intérprete para o contato com as outras aldeias indígenas facilitando o contato entre os povos.

Por outro lado o Brasil da década de 1980 era um país muito diferente do anterior. O “politicamente correto” ganhava força assim como as organizações que defendiam o meio ambiente, o território e cultura indígenas. Com a criação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) em 1967 substituindo o Serviço de Proteção ao Índio, o governo federal intensificou a proteção aos direitos dos indígenas, reconhecendo-o como cidadão brasileiro. A antropóloga Regina Müller tem em sua obra: “Os Assurini do Xingu – História e Arte” um trabalho que reflete o momento da sociedade em que vive, pois a mesma entra em contato com a tribo dos índios Assurini e chega a trabalhar para a FUNAI buscando se aproximar ainda mais da tribo e coletar informações para sua pesquisa. Embora esteja claro o interesse da antropóloga em obter dados para realizar seu trabalho, devemos destacar que a concepção de indígena consta como uma fonte rica de cultura e saber, pois a pesquisadora detalha exaustivamente o modo de viver da tribo, assim como sua cultura xamânica e artística.

Neste caso temos duas visões muito diferentes quanto ao papel do índio na sociedade brasileira, sendo em uma época considerado uma ameaça e em outra um ser que precisa ser mais bem preservado e observado. Novamente ressaltamos que a historiografia, tal como a História, é produto de seu tempo e a opinião dos autores muitas vezes reflete a sociedade em que vivem. Couto de Magalhães por ser um militar que preza a defesa da sociedade “civilizada” em busca do progresso, apresenta a figura

do indígena como um ser que precisa ser convertido à cultura ocidental católica. Por outro lado a antropóloga do século XX respeita e admira a cultura indígena e se propõe a estudá-los e observá-los.

As duas obras se “tocam” no momento em que elas falam da região do Rio Xingu. Couto de Magalhães usa a região do rio para explicitar como era difícil o acesso às selvas amazônicas já que nenhum homem (civilizado) havia explorado tal região. Já Regina Müller cita constantemente a região do Rio Xingu no Pará já que a tribo dos Assuriní se estabeleceu naquele local tendo ela mesmo convivido lá por anos devido a sua pesquisa. Este fato nos mostra a grande diferença de tempo que existe entre “O Selvagem” e “Os Assuriní do Xingu” já que uma região antes era praticamente inexplorada tornou-se fonte de pesquisa e estadia para estudiosos.

A mudança nas correntes teóricas da História mundial muito possivelmente influenciou na postura dos autores no momento da concepção das obras. No caso da historiografia amazônica, que é o nosso foco, em especial os indígenas, notamos que obra de Couto de Magalhães apresenta características semelhantes ao ideal positivista do fim do século XIX. Segundo os ideais positivistas criados por Auguste Comte, a fórmula “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim” conduziria para uma perfeita orientação ética da vida social. Estes pensamentos são notados no livro “o selvagem” de Magalhães que defende a organização e conversão dos indígenas numa busca pelo progresso da civilização.

Em contrapartida a autora de “Os Assuriní do Xingu – História e Arte”, se mostra influenciada pela Nova História, a História dos desfavorecidos, pois se propõem a estudar uma minoria que se encontrava quase em extinção e ignora os grandes acontecimentos limitando-se a estudar os indígenas e sua História. Até mesmo o conceito de História indígena que a autora apresenta rompe com o modelo historicista de que História só existe se houver escrita. Pelo contrário, a antropóloga aborda a manifestação da arte cultural dos Assuriní do Xingu dissertando sobre a ornamentação corporal dos mesmos.

Portanto ao analisarmos estas duas obras que embora tratem do mesmo tema são bastante distintas quanto á forma de abordá-lo percebemos que a historiografia referente à Amazônia muito difere dependendo da época, contexto social e corrente historiográfica em que foi concebida. Todos estes fatores influenciam diretamente no

produto final, basta nós historiadores colocarmos de lado os preconceitos e sabermos utilizar tal material como fonte para as novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

MAGALHÃES. Couto de. “O Selvagem” 2º ed. Livraria Magalhães. São Paulo 1913.

MÜLLER. Regina Polo. “Os Assuriní do Xingu – História e Arte 2º ed. Campinas: Editora da Unicamp 1993. Série teses.

Site Brasil Escola: <http://www.brasilecola.com/sociologia/positivismo.htm>

Site Klepsidra: <http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html>

Site Ambiente Brasil: <http://www.ambientebrasil.com.br.html>